

FUNCIONALISMO

Senado aprova 17,5 mil cargos

Segue para sanção o projeto que reestrutura carreiras no Executivo e prevê reajustes a servidores

» RAFAELA GONÇALVES

Seguiu para sanção presidencial o projeto que cria 17,5 mil cargos no Executivo federal, reestrutura carreiras do funcionalismo e concede reajustes a diversas categorias. A proposta, aprovada de maneira simbólica, ontem, pelo Senado, integra um pacote de mudanças na gestão pública federal.

Segundo estimativas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o impacto fiscal das medidas pode chegar a R\$ 5,3 bilhões em 2026. O texto, relatado pelo senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), foi aprovado sem mudanças em relação à versão da Câmara dos Deputados, que havia dado aval à proposta no início de fevereiro.

O projeto aprovado reúne medidas de reorganização das carreiras do serviço público federal. A proposta cria 16.363 cargos no Ministério da Educação e outros 1.500 no Ministério da Gestão, além de promover mudanças na estrutura de carreiras e nas regras de remuneração dos servidores. O impacto fiscal será gradual, já que parte das despesas depende da realização de concursos públicos e da criação de novas unidades de ensino.

A votação foi acompanhada pela ministra da Gestão, Esther Dweck. Ela afirmou que o projeto representa a consolidação de um conjunto amplo de mudanças estruturais conduzidas pelo ministério desde 2023 para modernizar a gestão de pessoas no serviço público federal.

“Uma das coisas que a gente fez nessa reestruturação de carreiras foi olhar para o futuro da administração pública. Achamos que não

Reprodução/Instagram



A ministra da Gestão, Esther Dweck, afirmou que o projeto representa a consolidação de mudanças estruturais construídas desde 2023

podemos mais ter carreira de ministério, nem de secretaria. Hoje a gente tem oito carreiras transversais, que basicamente cobrem todo o espectro de políticas importantes”, afirmou a ministra em nota.

O impacto da proposta nas contas públicas é estimado em cerca de R\$ 5,3 bilhões. Desse total, R\$ 1,1 bilhão será destinado à criação de cerca de 17,8 mil cargos no Ministério da Educação, incluindo instituições federais, e no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços

Públicos. Outros R\$ 91,2 milhões irão para a criação de um plano especial voltado a cargos do MEC, enquanto R\$ 4,2 bilhões serão destinados ao reajuste de carreiras do Executivo federal.

De acordo com o Ministério da Gestão, apesar de estarem previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, os valores “não necessariamente serão executados integralmente no ano porque eles dependem da implantação dos Institutos Federais

de Educação e da realização ou finalização dos concursos”.

Institutos federais

O projeto também prevê a criação do Instituto Federal do Sertão Paraibano, a partir do desmembramento do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). A iniciativa foi defendida pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que acompanhou a votação no Senado. A nova instituição

será instalada na região de Patos (PB), município administrado por seu pai, Nabor Wanderley, apontado como possível candidato ao Senado em 2026.

A proposta ainda altera a lei dos institutos federais e determina que o presidente da República nomeie para reitor o candidato mais votado pela comunidade acadêmica, com pesos iguais para docentes, técnicos e estudantes, substituindo o modelo de lista tríplice

PETRÓLEO

Governo quer investigar preço de combustíveis

» PEDRO JOSÉ*

A Secretaria Nacional do Consumidor, órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, encaminhou, ontem, um ofício ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica solicitando a análise de aumentos recentes nos preços de combustíveis registrados em quatro estados e no Distrito Federal.

A iniciativa foi tomada após declarações públicas de entidades que representam postos de combustíveis. Segundo essas organizações, distribuidoras teriam elevado os valores de venda sob a justificativa de alta no preço internacional do petróleo em meio ao conflito iniciado em 28 de fevereiro no Oriente Médio.

As manifestações partiram de entidades como o Sindicom-bustíveis-DF, o Sindicom-bustíveis Bahia, o Sindipostos-RN, o Minaspetro e o Sulpetro-RS.

De acordo com a secretaria, até agora a Petrobras não anunciou reajustes nos preços praticados em suas refinarias.

O órgão também solicitou a avaliação sobre eventual tentativa de indução a comportamentos comerciais semelhantes entre empresas concorrentes, o que poderia caracterizar conduta coordenada. A secretaria informou que a solicitação faz parte do monitoramento contínuo realizado pelos órgãos responsáveis pelo setor, com o objetivo de garantir transparência nas práticas comerciais e proteção aos consumidores.

* Estagiário sob a supervisão de Andreia Castro

Informe Publicitário



Brasília

ANO IV nº 755

CIEE celebra 62 anos com Maratona de Vagas presencial

Na terça-feira, 3, a instituição promoveu uma Maratona de Vagas Nacional em mais de 90 endereços em todo o país



Maratona de Vagas presencial, em São Paulo/SP.

O Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE celebrou, no mês de fevereiro, 62 anos de história. Para comemorar essa data, realizou a tradicional Maratona de Vagas presencial no dia 03/03, terça-feira, disponibilizando mais de 14 mil vagas de estágio e aprendizagem para todos os jovens e estudantes em mais de 90 unidades e polos de capacitação espalhados em todo Brasil.

Para ingressar no mundo do trabalho e iniciar a vida profissional, jovens e estudantes podem acessar o Portal CIEE e conferir as oportunidades nos programas de estágio e aprendizagem pelo link: portal.ciee.org.br/vem/ ou QR Code.



Maratona de Vagas presencial, em São Paulo/SP.



portal.ciee.org.br/vem/

Portal do CIEE
ciee.online

Atendimento por WhatsApp
11 3003-2433

Central de Atendimento
3003-2433
(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)

#CIEE
IMPARÁVEL

VAREJO

Pão de Açúcar negocia dívidas

» ROSANA HESSEL
» RAPHAEL PATI

A Companhia Brasileira de Distribuição (CBD), mais conhecida como Grupo Pão de Açúcar (GPA), anunciou, ontem, que pediu recuperação extrajudicial após celebrar acordo com os principais credores para renegociar cerca de R\$ 4,5 bilhões em dívidas, das quais quase R\$ 2 bilhões vencem no próximo mês.

A crise no conglomerado vem atravessando vários anos e coincide com mudanças de comando, troca de controladores, mudanças na estratégia e no comportamento dos consumidores, além de um cenário da elevada taxa básica de juros (Selic), atualmente em 15% ao ano, por um período bastante prolongado, de acordo com fontes próximas ao grupo.

Segundo o fato relevante divulgado pelo GPA, o acordo envolve dívidas não operacionais, “ficando expressamente excluídas obrigações correntes junto a fornecedores, parceiros e clientes, bem como obrigações trabalhistas, que não serão afetadas”.

O comunicado, assinado pelo novo presidente do GPA, Alexandre Santoro, informou ainda que a aprovação do acordo pelo Conselho de Administração foi “unânime” e que os efeitos do plano serão imediatos, como a suspensão das obrigações da Companhia junto aos credores afetados, criando “um ambiente seguro e estável para a continuidade das negociações por 90 dias”.

O comando do GPA, fundado em 1948, passou, nos últimos anos, por várias mudanças, após a saída total do empresário Abílio Diniz do comando, em 2023, após uma série de atritos com o ex-CEO do grupo varejista francês Casino Jean-Charles Naouri.

Abílio era amigo de Jean-Charles no início da aproximação, em 1999, mas a relação entre ambos foi se azedando ao longo do tempo até que desandou de vez quando o brasileiro tentou uma fusão do GPA com o principal concorrente do Casino na França, o

Reprodução/Info Money



Conglomerado tenta remanejar dívidas que somam R\$ 4,5 bilhões

Carrefour, mas a briga acabou culminando na saída total da família Diniz do conglomerado.

Atualmente, o Casino detém 22,5% do GPA, mas, desde o ano passado, o controle da corporação está nas mãos da família Coelho Diniz, dona de uma rede mineira de mesmo nome e detentora de 24,6% do capital do Grupo.

Encolhimento

Santoro assumiu a presidência do GPA há dois meses e comanda um grupo com mais de 39 mil funcionários e com um faturamento menor do que uma de suas antigas subsidiárias — o Assaí, que vem registrando crescimentos expressivos devido, principalmente, ao menor custo operacional do modelo de atacarejo.

Enquanto o Assaí quase dobrou o faturamento após a desvinculação com o GPA, passando de R\$ 46 bilhões para R\$ 85 bilhões, entre 2021 e 2025, o faturamento consolidado do GPA encolheu mais de 50%, passando de R\$ 56,4 bilhões, em 2021, para R\$ 20,6 bilhões, em 2025.

“Esse cenário é resultado da mudança do comportamento dos

consumidores. Nos últimos anos, houve um forte avanço das compras on-line, que alteraram a composição de receita dos varejistas que focavam em hipermercados, onde a maior alavancagem das vendas era em produtos não alimentícios. Agora, há uma nova mudança no setor, porque está aumentando o consumo de proteínas e o de carboidratos está caindo, e isso que deverá mudar o varejo de alimentos”, comentou um antigo executivo do Pão do Açúcar que pediu anonimato.

Na avaliação dele, essa recuperação judicial deve evitar a quebra do GPA, uma vez que foi possível firmar um acordo com os credores. “O problema é se os juros básicos continuarem no atual patamar, de 15% ao ano, pois a margem líquida do setor varejista de alimentos é muito menor, de 2%, e isso inviabiliza qualquer negócio”, explicou.

No último balanço divulgado pelo GPA, referente ao quarto trimestre de 2025, a companhia teve um prejuízo de R\$ 572 milhões, maior do que o esperado pelo mercado, mas 48,2% abaixo do registrado no mesmo período do ano anterior.